DRS
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL



Foto: Gustavo Louzada | Pontal do Ipiranga - Linhares

# SUMÁRIO EXECUTIVO

## Microrregião Rio Doce

Parte da coletânea de resumos das microrregiões do estado do Espírito Santo.

Social | Econômico | Ambiental | Território | Gestão Pública

INSTITUTO FEDERAL Espírito Santo
UFES
FAPES FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
#ijsn45anos Instituto Jones dos Santos Neves 45 anos ijsn
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico
Secretaria de Economia e Planejamento

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou do Governo do Estado do Espirito Santo.

**REITOR UFES**
Paulo Sérgio de Paula Vargas

**REITOR IFES**
Jadir Jose Pela

**COORDENADOR REGIONAL**
Coordenação Geral
Érika de Andrade Silva Leal

Coordenação Adjunta
Leandro de Souza Lino

Gestão Técnica e Financeira
Bruno Faé

Produção de texto, Estruturação e Revisão dos Diagnósticos
Josiane Brunetti Cani

Infraestrutura
Daniel Farinelli Leite
Ivana Souza Marques
Renata Morandi Lóra

Economia
Thais Maria Mozer
Tatiana Candeia da Silva Fortunato
Leandro Glaydson da Rocha Pinho
Bruno Kapitsyki Barbieri

Aspectos Sociais
Carolina Llanes Guardiola
Danielle Santos do Nascimento Seddon
Ellen Luci Brunelli Pessoa
Leandro de Souza Lino

Meio Ambiente
Patrícia Pereira Gonoring
Gustavo Soares de Souza

Gestão Territorial e Pública
Leandro de Souza Lino
Renata Morandi Lóra

Georreferenciamento
Renata Morandi Lóra

Iniciação científica
Aline Athayde Scardua
Cesar Augusto Maforte Arruda
Ester da Silva Nunes
Fernanda Broetto Rocha
Gabriela Sales do Espírito Santo
Ícaro Pretti Rossi
Joel Jonas Loureiro Faria
Juliana de Souza Freitas
Naraline Cesconetto Bertolazi
Nathan Marçal Melotti
Samuel de Souza Tessaro
Stefany Sampaio Silveira
Thais Borgo Goggi

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**
José Renato Casagrande

**VICE-GOVERNADORIA**
Jacqueline Moraes da Silva

**SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP**
Álvaro Rogério Duboc Fajardo

**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN**

Diretor Presidente
Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas
Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais
Pablo Silva Lira

Coordenação Geral
Latussa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica
Livia Maria Albertasse Tulli

Coordenação Institucional
Michele Gasparini de Miranda

## APRESENTAÇÃO

A política de erradicação dos cafezais, em 1962, e a implantação de grandes projetos industriais, nos anos 1970, desencadearam transformações significativas no Espírito Santo (ROCHA; MORANDI, 2012). A economia capixaba foi uma das áreas impactadas, pois sua base produtiva passou de agrícola para industrial, comércio e serviços, o que também ocasionou um intenso processo migratório. Nesse cenário, começa a haver maior concentração demográfica nas áreas urbanas, sobretudo na região metropolitana e em municípios vizinhos (ROCHA; MORANDI, 2012).

Essas mudanças exigiram um novo olhar do poder público para a realidade capixaba, o qual mobilizou - especialmente após os anos 2000 – uma série de iniciativas, entre elas, a elaboração de planos de desenvolvimento regional. Nesse período, a primeira estratégia de longo prazo nesse sentido foi a criação do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, finalizado em 2006, cuja intenção foi estabelecer projetos, metas e cenários para 2025. O processo de construção desse documento foi conduzido pelo Governo do Estado e contou com o apoio de instituições locais e da sociedade civil (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Em 2013, esse plano foi revisado pelo governo estadual, com a incorporação de novas ações e de um novo horizonte – o de 2030 – e baseado nos contextos atuais das economias capixaba, brasileira e mundial. O estudo passou a ser chamado “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030” (ES 2030), cujo objetivo foi construir as bases sólidas para o crescimento da economia e para a conquista do equilíbrio entre as regiões, os municípios e as pessoas (ESPÍRITO SANTO, 2013).

Mais recentemente e seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, o Governo do Estado pensou a elaboração de um plano em prol de um desenvolvimento regional mais equilibrado, de modo que seus benefícios sejam distribuídos para todo o território. Esse plano considera que a redução das desigualdades passa pela valorização da diversidade regional e pelo fortalecimento do vínculo dos morados com a localidade. Logo, a proposta é que as ações de planejamento sejam voltadas para a valorização do potencial endógeno das regiões (IJSN, 2020).

Diante disso, o governo capixaba criou os Conselhos de Desenvolvimento Regional em cada uma das nove microrregiões do Estado, com exceção da região metropolitana, que já tinha um conselho instalado. Entre seus membros, estão “[...] representantes dos Poderes Executivos Estadual e Municipal, Poderes Legislativos Estadual e Municipal, setor produtivo, sociedade civil e instituições de ensino [...]”, os quais se reúnem com a finalidade de criar um ambiente de articulação e de integração dos interesses regionais (IJSN, 2020, *on-line*).

Para construção do Plano, o Estado elaborou um convênio de parceria entre o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo –, o Instituto Federal do

Espírito Santo (Ifes) e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Tal associação tinha como metas fortalecer os estudos locais com foco no desenvolvimento regional e ampliar as redes de pesquisas acadêmicas para o interior capixaba, uma vez que existem *campi* dessas instituições educacionais em todas as microrregiões do Estado.

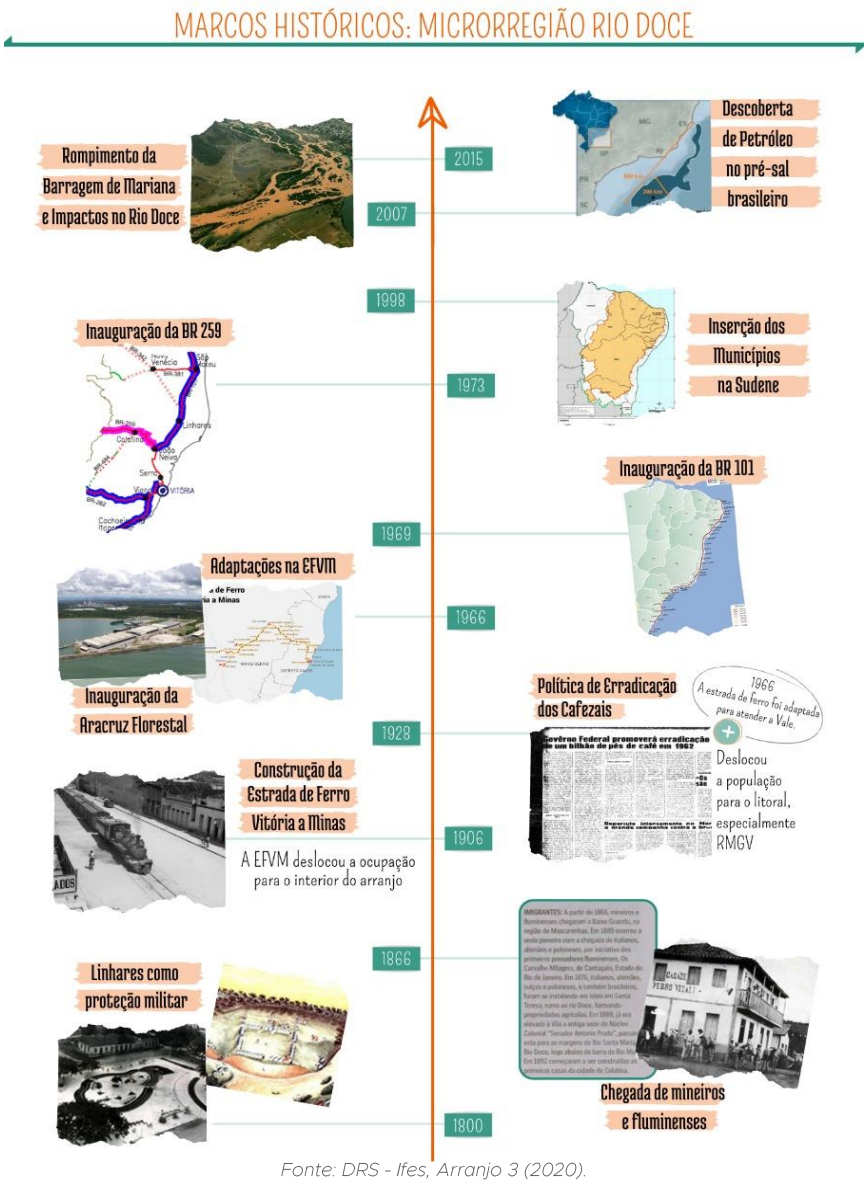
Pesquisadores das instituições envolvidas trabalharam na produção de diagnósticos e na proposição de diretrizes gerais para posterior elaboração de planos de ação individuais nas nove microrregiões. Neste documento, é apresentada a síntese do Diagnóstico para a Microrregião Rio Doce.

# 1. ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS DA MICRORREGIÃO

## 1.1 Contextualização histórica da Microrregião Rio Doce

A Microrregião Rio Doce foi oficialmente criada pela Lei nº 9.768 de 2011 e é formada por seis municípios: Aracruz, Ibiraçu, João Neiva, Linhares, Rio Bananal e Sooretama. O processo de ocupação e de formação desses municípios pode ser compreendido a partir de alguns marcos históricos, cuja origem ultrapassa os próprios limites territoriais, conforme observado na maioria dos casos. Entre eles, podem-se destacar a facilidade na navegação oferecida pelo Rio Doce, a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas e a construção da rodovia BR-259. Muitos desses eventos, de alguma forma, interferiram na dinâmica regional, mesmo que esses fatos não tenham relação direta com o Rio Doce ou áreas vizinhas, como a localidade Centro-Oeste. Uma síntese dos principais marcos históricos relacionados à Microrregião Rio Doce pode ser observada na Figura 1.

Figura 1: Principais marcos históricos da Microrregião Rio Doce




*Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).*

O quantitativo populacional dos municípios da Microrregião Rio Doce sofreu alterações com o decorrer dos anos, especialmente em virtude dos processos emancipatórios. Tal evolução, que pode ser verificada na Tabela 1, indica que houve aumento nas populações de todas as cidades da Região. Entre elas, destacam-se Aracruz e Linhares, que passaram de 24.037 habitantes para 103.101 e de 64.974 pessoas para 176.688, respectivamente, tendo como referência os anos 1960 e 2020.

O crescimento da população total da Região – que passou de 105.079 habitantes, em 1960, para 359.053, em 2020 – aponta uma ampliação na participação percentual da Microrregião do Rio Doce no Estado. Tal desempenho, que representava 7,41% da população do Espírito Santo, em 1960, subiu para 8,83%, em 2020.

Tabela 1: Desempenho da população por município (1960-2020)

| Local | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | 2020 | TGCA 2000-2010 | TGCA 2010-2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aracruz | 24.037 | 26.507 | 35.791 | 52.433 | 64.637 | 81.832 | 103.101 | 2,39% | 2,34% |
| Ibiraçu | 16.068 | 17.064 | 20.234 | 9.405 | 10.143 | 11.178 | 12.591 | 0,98% | 1,20% |
| João Neiva | - | - | - | 13.472 | 15.301 | 15.809 | 16.722 | 0,33% | 0,56% |
| Linhares | 64.974 | 92.329 | 123.163 | 119.690 | 112.617 | 141.306 | 176.688 | 2,30% | 2,26% |
| Rio Bananal | - | - | - | 15.428 | 16.324 | 17.530 | 19.271 | 0,72% | 0,95% |
| Sooretama | - | - | - | - | 18.269 | 23.843 | 30.680 | 2,70% | 2,55% |
| Rio Doce | 105.079 | 135.900 | 179.188 | 210.428 | 237.291 | 291.498 | 359.053 | 2,08% | 2,11% |
| Espírito Santo | 1.418.348 | 1.599.324 | 2.023.338 | 2.600.618 | 3.097.232 | 3.514.952 | 4.064.052 | 1,27% | 1,46% |
| Participação % da Região no total do ES | 7,41 | 8,50 | 8,86 | 8,09 | 7,66 | 8,29 | 8,83 | - | - |

*Fonte: IPEADATA (2020) e IBGE (2020a).*

## 1.2 Atualidades da Microrregião Rio Doce

A Microrregião Rio Doce possui uma extensão territorial de 6.631 km², que corresponde a 14,4% da área estadual. Conforme observado na Tabela 1, o contingente populacional é de 359.053 habitantes, valor que representa 8,8% do total do Espírito Santo, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Essa região contribui com 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, 10,6% dos empregos e 8,2% dos estabelecimentos formais do Estado (Tabela 2). Ao se comparar a representatividade da Microrregião no total de pessoas do Espírito Santo (8,8%), analisa-se que os resultados denotam o desempenho de seu dinamismo econômico. Isso porque os dados referentes à sua contribuição para o total da população capixaba foram superados em quase todos os itens, com exceção para os estabelecimentos formais. Em relação a esses últimos, no que diz respeito à representatividade da Microrregião no total do Estado, é possível observar que o perfil de empresas locais possui uma média de empregados por estabelecimento superior à do Espírito Santo.

Ainda sobre as representatividades da Microrregião nos números do Estado, sobressaem-se as contribuições referentes às finanças municipais e ao comércio exterior – principalmente o caso das exportações –, cuja participação percentual foi superior a 25% do que foi comercializado pelo Espírito Santo, em 2019.

Tabela 2: Desempenho dos municípios da Microrregião Rio Doce e a participação % no total do Espírito Santo, tendo como base os últimos resultados disponíveis para cada variável

| Indicador | Resultados da Região | % no ES |
|---|---|---|
| Área (em km²)[1] (2018) | 6.631,50 | 14,4 |
| População (2020)[1] | 359.053 | 8,8 |
| PIB – em milhões R$ (2017)[2] | 12.212,86 | 10,8 |
| PIB *per capita* – em R$ (2017)[2] | 35.329,45 | - |
| Empregos formais (2018)[3] | 137.782 | 10,6 |
| Estabelecimentos formais (2018)[3] | 12.880 | 8,2 |
| MEI (2019)[4] | 18.098 | 7,5 |
| Receita total – em mil R$ (2018)[5] | 1.342.317,20 | 11,1 |
| Despesa total – em mil R$ (2018)[5] | 1.150.764,70 | 10,3 |
| Exportação – valor FOB – em mil US$ (2019)[6] | 2.300.499,37 | 26,5 |
| Importação – valor FOB – em mil US$ (2019)[6] | 84.756,53 | 1,35 |

*Fonte: [1]IPEADATA (2020); [2]IBGE (2020a); [3]IJSN (2020a); [4]Ministério da Economia (2020a); [5]Portal do Empreendedor (2020); [6]Aequus Consultoria (2020); [7]Ministério da Economia (2020b).*
*Nota: [2]A preços médios de 2017.*

Com base nos dados apresentados, pode-se afirmar a importância da Microrregião Rio Doce para o Espírito Santo, sobretudo em função das contribuições para a economia capixaba. Entre elas, estão as participações percentuais no total do Espírito Santo nos itens relacionados ao PIB, ao mercado de trabalho, às finanças municipais e às atividades com comércio exterior, cujos resultados superaram a própria representatividade populacional (de 8,8%).

## 2. UM OLHAR SOBRE A REGIÃO A PARTIR DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ES 2030

Neste item, serão apresentadas as principais informações sobre a Microrregião Rio Doce que foram tratadas no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030 de 2013. Esses dados são importantes para o alinhamento entre esse estudo e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – Microrregião Rio Doce.

Entre os desejos e as potencialidades indicados para a Microrregião Rio Doce, constantes no ES 2030, estão:

> Ampliar os adensamentos das cadeias produtivas existentes e das que virão com os novos investimentos; Aproveitar as condições favoráveis ao desenvolvimento de novas fontes energéticas; Desenvolver atividades ligadas às potencialidades culturais e turísticas da região; Gerar educação para o trabalho e

> o empreendedorismo (associativismo e cooperação) por meio do fortalecimento de negócios ligados à educação técnica e superior e à saúde; Explorar potencial econômico dos novos investimentos previstos para a região (ESPÍRITO SANTO, 2013b, p. 209).

No Espírito Santo 2030, em síntese, a visão de futuro estabelecida para a Microrregião Rio Doce é a de que ela seja

***"sustentável e forte, com qualidade de vida e recursos naturais preservados" (ESPÍRITO SANTO, 2013b, p. 211).***

A lista de demandas identificadas para a Microrregião Rio Doce, de acordo com os focos estabelecidos no ES 2030, pode ser verificada no Quadro 1.

Quadro 1: Listagem de Demandas da Microrregião Rio Doce

| FOCO | DEMANDAS |
|---|---|
| **Capital Social e Qualidade das Instituições** | • Ampliar e qualificar o quadro de pessoal efetivo da administração pública.<br>• Construir uma ambiência favorável ao desenvolvimento (infraestrutura adequada, legislação municipal moderna, serviço público de qualidade, população com educação básica).<br>• Criação de um setor de projetos sociais e turísticos para apoio e desenvolvimento de projetos integrados.<br>• Melhorar as condições da infraestrutura dos escritórios locais do Incaper. |
| **Segurança Cidadã** | • Ampliar o efetivo de policiais e melhorar o serviço de segurança.<br>• Criação de um centro de tratamento e recuperação de dependentes químicos.<br>• Criar um programa de qualificação e trabalho para os detentos.<br>• Criar um projeto de reciclagem do lixo com participação dos presidiários.<br>• Criar uma delegacia de entorpecentes em Aracruz.<br>• Garantir uma patrulha de segurança rural para cada município da Microrregião.<br>• Integração dos serviços de inteligência na área de segurança na Microrregião. |
| **Educação** | • Capacitação dos professores para educação ambiental.<br>• Controle de oferta e demanda para educação básica por distrito.<br>• Criar um centro de capacitação para os trabalhadores em Aracruz e Linhares.<br>• Desenvolvimento de projetos voltados à educação no campo.<br>• Estimular o empreendedorismo no setor de turismo.<br>• Identificação das vocações locais e ampliação das ofertas de cursos técnicos e superior.<br>• Implantação de um projeto de intercambio estudantil urbano-rural.<br>• Implantar a educação em tempo integral nas escolas.<br>• Implantar escola família agrícola. |

**Saúde**

- Construir hospitais de referência nos polos de Aracruz e Linhares.
- Criação e melhoria na qualidade dos serviços das Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- Estruturar um centro de especialidades odontológicas.
- Fortalecer a atenção primária à saúde (promoção e prevenção).
- Implantar hospitais e pronto socorro 24 horas que atenda todas as especialidades em Aracruz.
- Implantar políticas de planejamento familiar.
- Manter e fortalecer a estrutura e o funcionamento do Hospital de João Neiva.

**Infraestrutura, Logística e Comunicação**

- Adequar a infraestrutura rodoviária e sinalização turística.
- Ampliar e melhorar os sistemas de comunicação.
- Construir contornos em Nova Almeida, Linhares e Aracruz.
- Criar hidrovias entre Linhares e Aracruz.
- Criar aeródromos regionais de uso misto.
- Criar estradas alternativas a BR 101 e ES 010.
- Criar ramais ferroviários no sentido Bahia e Rio de Janeiro.
- Duplicar a ES 010 e BR 101.
- Implantar obras estruturantes nos centros urbanos (ciclovias, viadutos, mobilidade urbana).
- Pavimentar com asfalto o trecho Demétrio Ribeiro (João Neiva) a Santa Tereza (40 km).
- Reativar e asfaltar a estrada entre Coqueiral e Aracruz.
- Repaginar as malhas logísticas e integrar os modais.

**Ciência, Tecnologia e Inovação**

- Estruturar e consolidar o sistema de informação de apoio à gestão municipal (segurança, agricultura, economia, obras, assistência social, gestão administrativa, elaboração e análise de projetos).

**Energia, Petróleo e Gás**

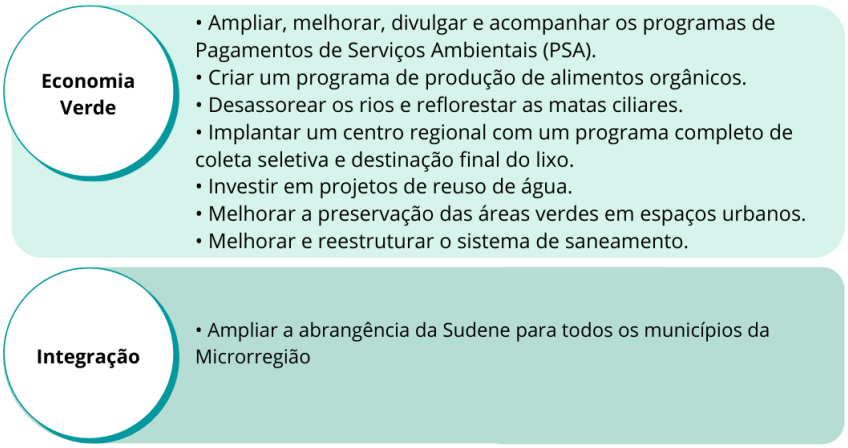
- Aumentar a oferta de energia.
- Explorar as energias eólica e solar.

**Rede de Desenvolvimento Regional**

- Aumentar a oferta de prestadores de serviço de transportes coletivos intermunicipais.
- Aumentar o programa Caminhos do Campo e melhorar sua qualidade.
- Combater os bolsões de pobreza com políticas de qualidade.
- Fortalecer a agricultura familiar.
- Implantar políticas de incentivo à permanência do jovem no campo
- Implantar os Planos Diretores Municipais (PDM) dos municípios e revisar os já existentes.
- Implantar serviços públicos de educação, saúde e segurança para o campo
- Monitorar os fluxos migratórios.
- Pavimentar com asfalto a via "Caminhos o Campo" ou DER.
- Planejar e controlar as construções habitacionais.
- Realizar a regularização fundiária urbana.

**Inserção Competitiva**

- Ampliar a diversificação agrícola.
- Ampliar programa Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER).
- Criar agrovilas.
- Criar condições que melhorem as técnicas da agricultura.
- Estimular o desenvolvimento do turismo náutico e de integração à natureza
- Fortalecer o agroturismo.
- Fortalecer o setor pesqueiro.
- Identificar vocações turísticas na Microrregião e ordenamento territorial.
- Identificar e adensar as cadeias produtivas agrícolas.
- Rever a legislação tributária para a produção agrícola.




*Fonte: Espírito Santo (2013b, p. 239-243).*

## 3. GOVERNANÇA DO PROJETO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: OS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (CDRS)

### 3.1 Da Criação dos CDRS

Em 2011, com o propósito de promover o desenvolvimento regionalizado do Estado e em consonância com os imperativos constitucionais, foi sancionada a Lei nº 9.768/2011. Essa Lei estabelece que o Espírito Santo seja dividido em dez microrregiões administrativas. O artigo 7º dessa legislação determina a criação dos Conselhos de Planejamento e Articulação Regional (CPAR) como organismos consultivos e de participação social, tendo como base territorial as microrregiões criadas.

Em 2019, a Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo (SEDES), coordenando a política de desenvolvimento estadual – mediante parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti)[1], a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP) e o IJSN -, criou os nove CPAR, posteriormente denominados Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS). Cabe ressaltar que os nove conselhos se referem às representações das microrregiões do interior do Estado, uma vez que o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (COMDEVIT) foi criado em 2005.

O Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável da Microrregião Rio Doce foi instalado no dia 15 de agosto de 2019, em Linhares. Para melhor cumprimento das atribuições dos CDRS, os Conselhos são encarregados de instituir Câmaras Temáticas, compostas por membros desses Conselhos, "responsáveis por estudos de aprofundamento de entendimentos referente a

[1] A Sedes e a Secti foram recentemente integradas na atual Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (Sectides).

assuntos relevantes para Microrregião" (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2020, *on-line*). O Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável da Microrregião Rio Doce possui três Câmaras Temáticas: Infraestrutura Logística e Rural, Segurança Pública e Ampliação, Fortalecimento e Modernização Econômica Integrada com Sustentabilidade Ambiental.

A criação dos CDRS é fundamental para a viabilização do Projeto DRS. O Conselho possui a atribuição de criar mecanismos de articulação entre programas, projetos e recursos públicos com impacto sobre o desenvolvimento regional, sendo, portanto, parte integrante do DRS. O CDRS é também o articulador entre as lideranças locais, além de monitorar e acompanhar a execução dos projetos. Nesse sentido, é crucial que o Conselho tenha participação central no desenho dos programas, dos projetos e das ações e que haja consciência coletiva a respeito de sua relevância para o desenvolvimento sustentável da sua localidade.

Em termos gerais, evidenciou-se a necessidade de fortalecimento dos CDRS, uma vez que alguns fatores, como a pandemia do coronavírus e as eleições municipais, favoreceram para uma menor articulação dentro desses conselhos. Adicionalmente, pensar e desenhar políticas de desenvolvimento para regiões constituem um desafio. Isso porque o país é dividido em três níveis administrativos (federal, estadual e municipal) e os recursos públicos são alocados nessas três instâncias.

Nesse sentido, a fim de viabilizar a melhor atuação dos CDRS, sugere-se a elaboração de uma metodologia didática que facilite a comunicação e a condução dos trabalhos junto a esses conselhos. Este estudo indica, ainda, ser importante ter conselheiros como representantes efetivos do poder público municipal, além de outras ações, como estimular a participação ativa da sociedade civil nesses espaços, criar uma secretaria nas microrregiões responsáveis pelos trabalhos dos CDRS e desenhar um Fundo de Desenvolvimento Regional para financiar as ações prioritárias nas regiões. Cabe salientar a relevância da implementação dessas ações no âmbito coletivo, pois é preciso um maior envolvimento das lideranças locais nesses Conselhos para que os programas, projetos e ações demandadas para a Microrregião contemplem os anseios da população.

## 3.2 Apontamentos e discussões das câmaras temáticas/CDRS/2019 e 2020

A seguir, será apresentada a síntese das evidências expressas nas reuniões das Câmaras Temáticas. Essas reuniões foram realizadas durante os meses de agosto a novembro de 2020, no âmbito deste projeto de pesquisa. A lista de ações prioritárias levantadas contempla elementos importantes para o desenvolvimento da Microrregião, mas este estudo sugere a associação de outras iniciativas para que a localidade alcance o desenvolvimento sustentável almejado.

Quadro 2: Evidências da Câmara Temática Ampliação, Fortalecimento e Modernização Econômica Integrada com Sustentabilidade Ambiental

| Evidências |
|---|
| 1. Duplicar trechos da BR 101 e criar um plano de integração entre os quatro modais (rodoviário, ferroviário, portuário e aeroviário) da Região. |
| 2. Estruturar um plano turístico, utilizando o potencial oferecido pela Ferrovia Vitória-Minas. |
| 3. Fiscalizar se as empresas instaladas na Região estão cumprindo as condicionantes no que diz respeito às obrigações em qualificar e contratar mão de obra local. |
| 4. Operacionalizar o Aeroporto de Carga, em Linhares. |
| 5. Organizar a disposição geográfica dos armazéns na Microrregião. |
| 6. Identificar e traçar políticas públicas para as áreas de maior vulnerabilidade social. |
| 7. Fortalecer o microcrédito na Região. |
| 8. Realizar ações voltadas à inserção de todos os munícipios da Região na área da Sudene. |
| 9. Desenvolver um Plano de Ocupação do Território da Microrregião. |
| 10. Maior mobilização governamental para garantir agilidade na aplicação dos recursos de reparação ambiental. |

*Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).*

Quadro 3: Evidências da Câmara Temática Segurança Pública

| Evidências |
|---|
| 1. Criar o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes) Norte. |
| 2. Ampliar o videomonitoramento e o cerco eletrônico na Microrregião, com a integração da base de dados dos municípios por meio de um consórcio de Segurança Pública. |
| 3. Reconstruir a nova delegacia de Polícia Civil de Ibiraçu. |
| 4. Estimular a elaboração de um programa de ressocialização dos detentos. |
| 5. Instituir guardas municipais nas cidades que ainda carecem desse serviço, tendo em vista a importância para a segurança nas áreas rurais, e ampliar sua infraestrutura nos locais onde já atuam. |
| 6. Ampliar as atividades do Programa Estado Presente na Microrregião, mediante análise e identificação das áreas, nos seus seis municípios, que apresentam maiores níveis de criminalidade. |
| 7. Estabelecer parcerias com empresas locais para ampliação do Programa Jovem Aprendiz. |
| 8. Estabelecer diálogos e parcerias com igrejas para a realização de ações contra o feminicício. |
| 9. Criar Centros de Atendimento e Acolhimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. |
| 10. Criar o Programa Família Empreendedora, cuja finalidade é estimular as famílias a enxergarem suas propriedades como um negócio com potencial para geração de valor e de renda. |
| 11. Criar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), incluindo a participação social. |

*Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).*

Quadro 4: Evidências da Câmara Temática Infraestrutura Rural e Urbana

| Evidências |
| --- |
| 1. Necessidade de maior organização da Câmara. |
| 2. Promover ações com vistas à inserção de todos os municípios na Sudene. |
| 3. Reformar a legislação municipal referente às alíquotas de ISS para a sua uniformização. |
| 4. Criar um plano de organização do uso do solo para as áreas rurais e urbanas. |
| 5. Ordenar a infraestrutura viária da Região de maneira integrada. |
| 6. Planejar um *cluster* turístico em torno do trajeto da Ferrovia Vitória-Minas. |
| 7. Explorar o potencial das atividades turísticas da Região. |
| 8. Promover o intercâmbio entre as administrações municipais para a realização de consórcios entre as cidades locais a fim de solucionar as questões de saneamento. |
| 9. Capacitar as prefeituras da Região para a execução dos processos de licenciamento ambiental e a realização de consórcios entre elas para esse fim nos casos em que a licença implicar mais de um município. |
| 10. Promover a participação efetiva do empresariado local no desenvolvimento regional. |

*Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).*

# 4. EVIDÊNCIAS DOS EIXOS TEMÁTICOS

Este item apresenta uma síntese das evidências por eixo temático, sendo eles: Território (infraestrutura), Social, Economia e Ambiental. Vale ressaltar que este item considera o eixo Gestão Pública como transversal aos demais.

## 4.1 Eixo Temático – Território/Infraestrutura

As demandas por melhoria nas estradas vicinais e a duplicação de trechos da BR 101 estão entre as questões mais recorrentes em relação aos aspectos infraestruturais na Microrregião Rio Doce. Cabe salientar que essas exigências também foram levantadas no Plano de Desenvolvimento ES 2030, considerando a integração da estrutura logística como fundamental ao desenvolvimento da Microrregião.

Outro desejo da população local é a retomada das obras do Programa Caminhos do Campo. Segundo informações da Secretaria Estadual de Agricultura, o Programa está sendo reformulado para ser executado de acordo com a pavimentação exigida nas estradas locais e, por isso, ainda não haverá novas contratações. No entanto, o Governo garantiu estar ciente sobre os impactos importantes dessas obras para a Microrregião Rio Doce.

As áreas referentes à energia, a telecomunicações, à habitação e ao saneamento foram consideradas críticas no que diz respeito ao

desenvolvimento da Microrregião. Demandas ligadas às telecomunicações tiveram destaque nas entrevistas com moradores, os quais ressaltaram a má qualidade oferecida pelo serviço, fator que é agravado na zona rural. Com relação ao saneamento, as solicitações de lideranças e moradores são para a ampliação da cobertura e o tratamento adequado do esgoto, nas áreas urbanas e rurais, assim como a melhoria no tratamento de água, que foi considerada insatisfatória. Destacaram, ainda, a preocupação com o Rio Piraque-Açu, que necessita de limpeza na calha e constitui uma importante fonte de abastecimento de água na Região.

Nesse contexto da infraestrutura, a demanda pela construção de barragens a fim de conter inundações também foi vista como prioritária. Os relatos das lideranças indicam que os municípios de João Neiva e Ibiraçu e o distrito Povoação – situado em Linhares – sofrem com inundações de modo frequente, o que indica a necessidade de estruturar e executar projetos para a resolução desses gargalos.

Percebe-se que investimentos para sanar os problemas referentes à infraestrutura podem melhorar a qualidade de vida da população local, mas são questões complexas que demandam uma atuação conjunta. Sobre isso, sugere-se a viabilização do desenho e da execução de projetos nessa área por meio de parceira entre os gestores públicos e o setor produtivo.

Alguns dados apresentados no decorrer do Diagnóstico, como o alto índice de óbitos decorrentes de acidentes por transportes, evidenciam a relevância de políticas para a infraestrutura da Microrregião Rio Doce. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, no Espírito Santo, a taxa de óbitos resultantes de acidentes por transportes a cada 100 mil habitantes foi de 18,19, em 2019. Já na Microrregião Rio Doce, essa proporção no mesmo ano foi de 22,65, sendo que, em João Neiva, o registro foi de 48 óbitos por 100 mil habitantes. Assim, investir na infraestrutura viária da Região proporcionará benefícios sociais, com a redução de acidentes.

Pode-se afirmar, portanto, que a resolução das questões infraestruturais constitui uma estratégia central em prol de um desenvolvimento mais inclusivo na Microrregião Rio Doce. Nesse cenário, são importantes: a redução dos custos logísticos, o fornecimento de infraestrutura para o fomento do turismo e a integração entre os modais de transporte para diminuir o fluxo de caminhões pesados nas rodovias. Cabe salientar que esta última demanda constante no DRS também foi destacada em planos de desenvolvimento anteriores no Estado.

Quadro 5: Síntese das Aspirações Eixo - Infraestrutura

| |
|---|
| Identificar as estradas vicinais que necessitam de pavimentação e executar a obra. |
| Concluir a duplicação da BR 101. |
| Integrar a infraestrutura logística da Região aos demais estados brasileiros e ao exterior. |
| Estimular o transporte hidroviário na Microrregião. |
| Melhorar a infraestrutura de Comunicação, com melhoria do acesso às redes de telefonia móvel e de internet. |

| |
|---|
| Aprimorar a infraestrutura de energia, com mais investimento em fontes de energia renováveis. |
| Ampliar a cobertura de saneamento básico. |
| Criar programas em parcerias com associações de produtores rurais para tratar o saneamento rural, com a criação de fossas sépticas, tendo em vista que os sistemas para tratamento do esgoto nessas localidades são rudimentares. |
| Promover consórcios municipais para solucionar questões do saneamento básico. |
| Construir barragens a fim de conter inundações nos pontos da Microrregião que são suscetíveis a alagamentos. |
| Planejar o ordenamento territorial de acordo com os parâmetros estabelecidos nas legislações. |

*Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).*

## 4.2 Eixo Temático – Economia

A Microrregião Rio Doce possui o segundo maior PIB entre as microrregiões capixabas, cujo valor ultrapassa R$ 12 bilhões, conforme dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2017). Nos últimos anos, esse conjunto de municípios vem se destacando como a segunda microrregião mais industrializada do Estado, uma vez que atraiu plantas industriais importantes, tais como o Estaleiro Jurong, a Imetame, o Café Cacique, além dos investimentos previstos da Portocel, exemplos citados de modo recorrente pelas lideranças locais.

Esses atores sociais demonstram otimismo em relação à situação econômica da Microrregião Rio Doce. Eles ressaltaram as qualidades da Região – estendendo-se para o Norte capixaba como um todo – para a atração de investimentos. Entre tais características positivas estão a disponibilidade de energia, a infraestrutura e os incentivos governamentais, nas esferas estadual e federal. Cabe salientar que os subsídios federais foram disponibilizados por meio da Sudene.

Vale destacar, ainda, a heterogeneidade econômica dos municípios nos aspectos que afetam o desenvolvimento da Microrregião. Entre esses elementos estão a capacidade de atração de investimentos, competência para realizar investimentos com recursos próprios (análise da gestão fiscal) e gestão orientada à elaboração e à execução de projetos.

É relevante ressaltar que um dos principais pontos citados pelos entrevistados, acerca dos desafios econômicos da Região, refere-se às diferentes políticas tributárias adotadas pelos seis municípios, como ocorre no Imposto Sobre Serviços (ISS). Além disso, há o próprio fato de alguns municípios não estarem em área de abrangência da Sudene – caso de Ibiraçu, João Neiva e Aracruz[2] –, de modo que os benefícios advindos dessa política ainda não são distribuídos para todas as cidades da Microrregião.

No que diz respeito aos principais pontos positivos na Microrregião, os entrevistados destacaram: 1) comércio e serviços; 2) praia/orla e 3) áreas industriais. No entanto, a percepção geral é que a qualidade de vida dos moradores não evoluiu na mesma medida das condições econômicas na

[2] Está prevista a inserção do município de Aracruz na área de abrangência da Sudene a partir de 2021.

Microrregião. Isso porque, embora os interlocutores observem um crescimento da localidade como um todo, avaliam que ocorreu um aumento dos problemas sociais. Como exemplo, foi citado o município de Aracruz, onde essas questões são vistas como mais agravadas.

Com respeito às atividades econômicas na agricultura, destacaram-se o café, o cacau e a fruticultura. Para as lideranças locais, é necessário estimular as famílias locais a agregarem valor aos seus produtos, com fomento do empreendedorismo. O Incaper foi reconhecido como instituição atuante nas questões agrícolas locais, mas os entrevistados realçaram que é preciso ampliar o seu atendimento de assistência técnica e de extensão rural. Os interlocutores também apontaram como medidas importantes o incentivo financeiro para o setor e a articulação junto ao Ifes e ao Incaper a fim de estimular as pesquisas para o agronegócio.

Na avaliação sobre as indústrias, os entrevistados reconhecem que a Microrregião possui um ambiente propício à atração de plantas industriais, sendo reconhecido como terceiro principal aspecto positivo da localidade, conforme já mencionado. Contudo, almejam uma política que alie o desenvolvimento econômico à sustentabilidade, de modo a trazer menos consequências negativas, tais como poluição, problemas de fluxos migratórios e violência.

Sobre o fato de o setor de comércio e serviços ter sido considerado, pelos entrevistados, o primeiro melhor atributo na Microrregião, é importante salientar a relevância desse setor para o dinamismo econômico local, tendo em vista o volume de empregos e arrecadação gerados. Nesse sentido, o setor de construção civil também foi visto como expressivo para o desenvolvimento da Região.

Ao se projetar o futuro da Microrregião para os próximos 15 anos, os atores sociais mencionaram a necessidade de integrar os modais de transporte (rodoviário, ferroviário, aéreo, aquaviário e dutoviário), com vistas a fortalecer a integração logística nos níveis estadual, nacional e internacional. Além de favorecer o fluxo de produtos, tal integração pode beneficiar a estruturação das atividades para o turismo, já que pode viabilizar o acesso aos atrativos turísticos.

O turismo foi considerado um setor estratégico para o desenvolvimento local. Segundo os interlocutores, a Microrregião tem potencial para fortalecer diversos segmentos do setor, entre eles: a) o turismo de negócios; b) o turismo científico (por exemplo, na Reserva da Vale, em Linhares); c) o turismo de lazer, que pode ser explorado na quase totalidade do território; d) o turismo religioso, uma vez que a Região dispõe de templos históricos caracterizados por uma arquitetatura admirável, como o Monumento Budista, em Ibiraçu; e) o turismo da pesca e esportes, com destaque para o potencial do distrito de Regência, em Linhares; entre outros. Foi destacada, ainda, a oportunidade de os municípios organizarem roteiros turísticos na rota da ferrovia Vitória-Minas, os quais extrapolam os limites territoriais da Microrregião.

Os dados denotam que a área da Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) também merece atenção especial no eixo temático Economia. Isso porque a Microrregião carece de inovações, as quais abrangem desde as de menor complexidade, de baixo custo e de alto impacto social àquelas que estão na vanguarda do conhecimento. O atual cenário mostra que as lideranças empresariais devem estar antenadas em temáticas atuais, como as que envolvem sustentabilidade, mudanças climáticas e a indústria 4.0, sendo que as instituições de ensino e de pesquisa desenvolvem um papel fundamental na difusão desse conhecimento. Nesse sentido, os pesquisadores locais – que desenvolvem estudos envolvendo a economia local e a C,T&I – podem participar ativamente do plano de ação para a Microrregião.

Os resultados deste estudo apontam que os gestores locais devem organizar o sistema de C,T&I da Microrregião e incentivar o trabalho em rede. O diagnóstico levantou uma série de pesquisas desenvolvidas na Região referentes à segurança hídrica, uma temática que apresenta impactos diretos no setor produtivo. Nesse sentido, o setor de C,T&I deve possuir uma gestão local sintonizada com as redes de pesquisadores.

Quadro 6: Síntese das Aspirações– Eixo Economia

| |
|---|
| Criar novas linhas de crédito para as empresas e outras que sejam acessíveis à realidade dos produtores rurais. |
| Reduzir a burocracia nas linhas de crédito atuais. |
| Revisar a legislação tributária municipal. |
| Manter os incentivos fiscais Compete e Investe. |
| Promover maior articulação entre os municípios e as instituições de fomento ao desenvolvimento. |
| Desenvolver programas para o fortalecimento da agricultura da Microrregião. |
| Impulsionar programas que garantam a compra dos produtos advindos da agricultura familiar. |
| Agregar valor à produção local, com atenção especial ao café e ao granito. |
| Possibilitar o intercâmbio de tecnologias entre os municípios maiores e menores. |
| Diversificar a produção agrícola. |
| Estimular a cultura cooperativista e a economia solidária. |
| Ampliar as atividades de extensão e de assistência técnica do Incaper na Microrregião. |
| Fortalecer os pequenos negócios e estimular o empreendedorismo. |
| Criar um *hub* de inovação na Microrregião e incentivar a criação de *startups*. |
| Impulsionar o turismo na Região a partir da exploração do potencial do território nos mais variados segmentos. |
| Qualificar os gestores locais para a elaboração de projetos de captação de recursos. |

*Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).*

### 4.3 Eixo Temático – Social

Este eixo demanda atenção especial, pois, conforme já mencionado, os avanços no crescimento econômico da Microrregião não têm relação direta com a qualidade de vida, na percepção dos moradores.

Os três piores aspectos da localidade apontados pelos entrevistados estão relacionados ao eixo social. São eles: 1) falta de opções de lazer; 2) falta de infraestrutura de saúde e 3) falta de segurança. Os dados apresentados no

Diagnóstico mostram que a Região dispõe de vasta riqueza cultural, o que pode favorecer a criação de novas opções de lazer, as quais podem funcionar como atrativas para os jovens se fixarem na Região e gerar renda. Para isso, os entrevistados apontam a necessidade de políticas integradoras, incluindo aquelas específicas para a juventude.

Já a visão negativa sobre a saúde pode estar relacionada à expansão populacional nas áreas urbanas, o que, por conseguinte, sobrecarregou os serviços de saúde, demanda que foi agravada em virtude da pandemia do coronavírus. Além disso, observa-se o fato de que há um deslocamento usual dos moradores dos distritos para buscarem atendimento em determinados serviços de saúde em Linhares e Aracruz. Isso ocorre porque, em grande parte dos casos, os médicos das Unidades de Saúde dos distritos não permanecem na zona rural, o que demanda o fortalecimento da infraestrutura dessas unidades de saúde.

No que diz respeito à segurança, os dados e as percepções das lideranças locais indicam a necessidade de investimentos nessa área. A cidade de Sooretama, em 2013, foi considerada a 3ª no ranking em violência contra a mulher no país. Em Aracruz e Linhares, as falas apontam para a ocorrência de furtos, de tráfico de drogas e de homicídios. A Microrregião possui uma Câmara Temática voltada ao tratamento das questões de segurança pública e elencou as ações prioritárias, dispostas no item 3.2 deste Sumário. Desse modo, observa-se a necessidade de políticas públicas direcionadas aos grupos mais vulneráveis (mulheres, jovens e negros).

As demandas no âmbito educacional também são significativas para se pensar o melhor planejamento regional. Atualmente, existe um hiato entre a oferta de formação profissional e a demanda das empresas, tendo em vista a carência de mão de obra especializada. Nesse sentido, observou-se a necessidade de uma parceria entre os empresários locais e instituições educacionais – como o Ifes e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) – para a capacitação dos moradores e a consequente contratação dessa mão de obra.

Evidenciou-se, ainda, que a principal demanda por capacitação está relacionada à formação de técnicos agrícolas e a cursos de formação continuada em atividades intrínsecas da Região (agricultura, turismo, metalmecânica, elétrica e construção civil).

Na área rural, a população almeja uma educação que ofereça ao estudante a possibilidade de aprender a partir da interação entre a realidade do campo e a vivenciada em seu cotidiano, metodologia abarcada pela Pedagogia da Alternância[3], ressaltada pelos entrevistados, tanto nas Câmaras Temáticas quanto nos municípios. Esses atores sociais demonstraram uma preocupação geral com a disponibilidade de mão de obra no campo no futuro e com a qualidade de vida na zona rural.

[3] Trata-se de "[...] um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar" (LORENZONI, acesso em 20 mai. 2021).

Outra demanda refere-se às comunidades tradicionais, especialmente as de pescadores e as indígenas[4]. As aspirações locais solicitam melhorias para a educação e a saúde oferecidas a esses grupos. Foi observado também um desejo dos indígenas pelas reparações de empresas e de governantes em função da utilização de parte de suas terras para atividades econômicas.

Por fim, percebeu-se, no decorrer das entrevistas, que a pandemia favoreceu o processo de migração da população dos grandes centros para as cidades menores e para os distritos, o que demanda a destinação de mais recursos do poder público para essas localidades. Aliado a isso, esta pesquisa sugere que as administrações municipais trabalhem para a preservação das características do campo, além de buscar medidas a fim de evitar os possíveis impactos decorrentes de uma migração desordenada. Essa situação exige um olhar mais atento para a manutenção da qualidade de vida.

Quadro 5: Síntese das Aspirações do Eixo Social

| |
|---|
| Ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde, sobretudo nos distritos da Microrregião. |
| Estimular as empresas a firmarem parcerias com instituições de ensino para a capacitação de mão de obra local. |
| Criar escolas agrícolas. |
| Instituir a Pedagogia da Alternância nas Escolas Rurais. |
| Melhorar a infraestrutura dos equipamentos educacionais, sobretudo os rurais. |
| Ofertar cursos de nível técnico e superior de acordo com a vocação regional. |
| Oferecer cursos de formação continuada nas áreas de: metalmecânica, elétrica construção civil e turismo. |
| Criar políticas específicas para a inclusão social das mulheres. |
| Ampliar a infraestrutura das patrulhas rurais para que seja possível atender todo o território, além de destinar mais recursos para as atividades de custeio dos profissionais da segurança pública. |
| Identificar as potencialidades regionais para a promoção de atividades culturais e de equipamentos de lazer. |
| Estimular a criação de rotas turísticas. |
| Promover políticas direcionadas aos jovens, com ações voltadas para o lazer e a geração de renda. |
| Elaborar políticas de apoio à fixação das pessoas no campo. |
| Inserir Programas da Fundação Renova na estratégia de desenvolvimento social da Região. |
| Viabilizar as demandas de comunidades tradicionais por compensação pela utilização de suas terras. |
| Elaborar estudos dos fluxos migratórios e do ordenamento territorial, considerando o cenário pós-pandemia. |

*Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).*

### 4.3 Eixo Temático – Ambiental

A riqueza ambiental da Microrregião Rio Doce foi realçada por todos os participantes da pesquisa. Entre os aspectos ambientais destacados estão a disponibilidade hídrica - com destaque para vastidão de lagoas - e as florestas dispostas no território. Evidenciou-se que os recursos naturais precisam ser utilizados de forma estratégica com vistas à sua preservação. Como exemplo do mau uso dos recursos hídricos, foram citados os rios da Região, sobretudo o Piraque-Açu e o Rio Doce, que há anos vem sofrendo degradações.

[4] Mais detalhes sobre essas questões podem ser conferidos no capítulo 4 do Diagnóstico.

Nas reuniões com as Câmaras Temáticas, observou-se uma baixa expectativa dos membros quanto à execução dos investimentos anunciados por empresas e pelo poder público para a reparação dos danos ambientais.

A recente seca que assolou o Norte capixaba também atingiu a Microrregião Rio Doce, cenário que foi agravado pela crise econômica a partir do último trimestre de 2014. Tal contexto afetou a situação financeira dos moradores, especialmente dos produtores rurais familiares. Há relatos de que uma parcela considerável deles não conseguiu pagar dívidas bancárias, sobretudo financiamentos referentes ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Entre as aspirações coletivas na Região estão a recuperação de nascentes, a promoção do reflorestamento e a execução de ações voltadas ao correto armazenamento de água, a despeito da disponibilidade hídrica. Em visita técnica a uma fazenda no distrito de Povoação, em Linhares, foram relatadas dificuldades decorrentes do período da seca, como os custos elevados para a perfuração de poços.

Além de citarem os programas Reflorestar e Barraginhas como importantes para a Microrregião, os entrevistados manifestaram o desejo de que o Estado efetive o pagamento pelos serviços ambientais, demanda recorrente entre os entrevistados, especialmente os produtores rurais.

Também estão no horizonte do anseio coletivo o incentivo às fontes de energias renováveis - especialmente a solar - e a cobertura de saneamento básico. Tendo em vista o potencial da riqueza ambiental local, foi apontado que deve haver um melhor aproveitamento das florestas da Microrregião, por meio da adequada exploração dos recursos naturais. Por exemplo, 40% da área territorial do município de Sooretama é destinada à Unidade de Conservação da Reserva Biológica (Rebio), de maneira que a zona de amortecimento – o entorno onde as atividades humanas são realizadas e sujeitas a regras a fim de minizar os impactos sobre a área preservada – seja estrategicamente utilizada.

Quadro 6: Síntese das Aspirações do Eixo Ambiental

| |
|---|
| Ampliar as atividades de planejamento para a recuperação do Rio Doce. |
| Recuperar as nascentes. |
| Promover o reflorestamento nas áreas degradadas. |
| Realizar estudos técnicos para a construção de barragens. |
| Executar ações direcionadas ao adequado armazenamento de água. |
| Fortalecer os programas Barraginhas e Reflorestar. |
| Fomentar programas que priorizem o ensino da Agroecologia. |
| Preservar os rios da Microrregião. |
| Criar programas para o incentivo à geração de energias renováveis. |
| Identificar as potencialidades ambientais e, assim, fomentar a criação de Unidades de Conservação na Microrregião. |
| Estruturar os Comitês de Bacia locais e fortalecer a sua atuação. |
| Gerar estratégias para a integração entre as ações das agências responsáveis pelos serviços de tratamento e de distribuição de água na Região. |
| Efetivar o pagamento por Serviços Ambientais na Microrregião. |

Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

## 5. PROPOSIÇÃO DA MATRIZ SWOT PARA A MICRORREGIÃO RIO DOCE

A matriz SWOT é uma ferramenta estratégica muito utilizada para a análise e comparação de cenários e, desse modo, pode auxiliar na tomada de decisões. Diante da Matriz Swot construída no Plano de Desenvolvimento ES 2030 e das aspirações evidenciadas nas entrevistas qualitativas ao longo deste estudo, a seguir, propõe-se a Matriz SWOT para a Microrregião Rio Doce.

Quadro 7: Matriz SWOT Proposta para a Microrregião Rio Doce

| Pontos Fortes | Oportunidades |
|---|---|
| Base econômica diversificada. | Ampliar os encadeamentos nas cadeias produtivas dos novos investimentos. |
| Novos investimentos previstos para a Região. | Condições favoráveis ao desenvolvimento de novas fontes energéticas. |
| Vasta presença de recursos naturais. | Fortalecimento de negócios ligados à educação técnica e superior e à saúde. |
| Forte centralidade urbana em Linhares e Aracruz. | Desenvolver atividades ligadas às potencialidades culturais e turísticas da Região. |
| ocalização litorânea. | Educação para o trabalho e o empreendedorismo (associativismo e cooperação). |
| | Possibilidade de inserção dos municípios locais na área de abrangência da Sudene. |

| Pontos Fracos | Ameaças |
|---|---|
| Baixa integração entre os setores produtivos (agricultura e indústria) e o setor terciário (comércio e serviços). | Alta concorrência de alguns setores econômicos com o mercado internacional. |
| Escassez de mão de obra qualificada para atender às atividades produtivas atuais e futuras, especialmente no campo. | A não intervenção no setor logístico. |
| Dependência de programas de transferência de renda. | Pressão sobre os recursos naturais. |
| Baixo nível na prestação de serviços de saúde, de segurança e de saneamento básico. | Modelo defasado de gestão dos investimentos públicos. |
| Baixo acesso à comunicação (telefonia móvel e internet). | Concentração de impostos da União. |
| Baixa exploração econômica do potencial turístico da Região. | Mudanças climáticas. |
| Más condições das estradas vicinais e de rodovias internas da Região, especialmente aquelas que dão acesso às regiões turísticas. | A não integração da Região com o desenvolvimento socioeconômico das demais microrregiões capixabas. |
| Ausência de padronização das diretrizes e das legislações tributárias, bem como do uso e ocupação do solo. | Valorização dos terrenos em função dos investimentos anunciados. |
| | Lento processo de recuperação da Foz do Rio Doce e lenta execução dos programas de reparação ambiental anunciados para a Região. |
| | Efeitos Duradouros da Pandemia. |

*Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).*

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Diagnóstico evidencia que a Microrregião Rio Doce possui variados aspectos positivos, reconhecidos pela população local, no que diz respeito ao forte segmento industrial, às riquezas naturais e à própria infraestrutura referente à disponibilidade hídrica e às fontes energéticas.

Contudo, a Região sofre com alguns impactos ambientais – decorrentes da degradação dos rios e da não preservação dos recursos naturais – e sociais,

oriundos do aumento populacional em algumas cidades, falta de políticas direcionadas à agricultura, carência de investimentos em infraestrutura de saúde, entre outros, além da falta de programas voltados ao desenvolvimento do potencial turístico regional.

Nesse sentido, infere-se a necessidade de uma maior articulação entre os poderes público e privado para a promoção de políticas, programas e projetos com a finalidade de sanar os aspectos negativos e potencializar os positivos. Cabe salientar que essas ações devem incluir a participação social, a saber, das lideranças locais, empresários e as comunidades como um todo.

Finaliza-se, portanto, com a afirmação de Atkinson (2016, p. 26): "depois do Diagnóstico, vem a ação". Nessa direção, são necessárias propostas que,

> juntas, poderiam mover nossas sociedades em busca de um nível significativamente menor de desigualdade. Isso abrange muitas áreas da política e não se restringe à redistribuição fiscal - por mais importante que ela seja. A redução da desigualdade deveria ser uma prioridade de todos. Dentro do governo, ela diz respeito ao ministro responsável pela ciência tanto quanto ao ministro responsável pela proteção social; diz respeito à política de concorrência tanto quanto à reforma do mercado de trabalho [...] (ATKINSON, 2016, p. 26).

## REFERÊNCIAS

AEQUUS CONSULTORIA. **Finanças dos Municípios Capixabas** – 2020. Disponível em: <http://aequus.com.br/publicacoes/municipios-es/>. Acesso em: 23 set. 2020.

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade: o que pode ser feito?** São Paulo: Leya, 2015.

ESPÍRITO SANTO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (SEDES). **Desenvolvimento Regional do Espírito Santo**. Conselhos de Desenvolvimento Regionais. Vitória, 2019.

ESPÍRITO SANTO. **Planejamento Estratégico 2019-2022**. Vitória, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, nov.2020.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025**. Vitória, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**. Vitória, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE **Cidades**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em 05 ago. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Desenvolvimento Regional Sustentável**. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/desenvolvimento-regional>. Acesso em: 17 fev. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **PIB Municipal**. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/assuntos/pib-municipal>. Acesso em: 01 ago. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Ipeadata**: População. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 15 set. 2020.

LORENZONI, Ionice. Instituto capixaba tem 30 vagas em pedagogia da alternância. **Ministério da Educação**, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pedagogia-da-alternancia#:~:text=A%20pedagogia%20da%20altern%C3%A2ncia%20%C3%A9,e%20trabalho%20e%20o%20escolar.>. Acesso em 20 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Exportação e Importação Municípios**. Disponível em: < http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Acesso em: 13 ago. 2020b.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais** – RAIS. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/>. Acesso em 05 ago. 2020a.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo – 1955-1985. 2ª edição. Vitória-ES: Espírito Santo em Ação, 2012. 173 p.